



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

Ata da 32ª reunião Ordinária

1 No dia doze de setembro de dois mil e dezessete, às dezessete horas e trinta minutos, membros do
2 Conselho reuniram-se na sala de reuniões da COHAB – Companhia Municipal de Habitação de
3 Londrina, para a 32ª Reunião Ordinária deste Conselho, Gestão 2017/2021 com a seguinte pauta: 1)
4 Aprovação da ata da reunião do dia 08/08/2017 2) Apresentação do Plano Diretor 3) Relato pela
5 comissão do Conselho que participou da reunião com a equipe do Planejamento sobre o PPA 4)
6 Demanda da comunidade da praça do Jardim Igapó 5) Informes gerais 6) Encerramento. Estavam
7 presentes as (os) conselheiras (as): Jovana Aparecida Cestille; Adriana E. B. da Silva; Antônia Francisca
8 de Araújo; Zilda Maria Cavalarin; Marilda Francisca Camargo; Iraci da Silva Silveira; Tereza Mendes
9 de Souza; Ivone Pereira Dias; Maria da Conceição M. Rosa; Amanda Gaion Pedro; Poliana Aparecida
10 dos Santos; Juliana Gonçalves Moreno; Elza Pereira Correia; Bett Claidh Nascimento; Amanda Cristina
11 Andrello Costa; Maria Inês Galvão de Mello; Lindelma Furtado de Melo Chionpato; Amanda Michely
12 de Oliveira; Maria Angela Santini; Priscila Alexandra Colmiran; Luciana Mazzaroto Negrini; Alexander
13 Korgut; Nanci Skau Kemmer de Moraes; Lucimar Rodrigues da Silva Alves. Estavam presentes ainda
14 as convidadas: Elaine Galvão da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres e Benedita Pereira
15 Dias. A vice-presidente Nanci inicia a reunião dando boas-vindas aos presentes. Informa que a
16 presidente Rosalina encontra-se em viagem para Curitiba e que, por ter um compromisso após as 19
17 horas, que a 1ª secretária assumirá a reunião do conselho. Solicitou que cada conselheira/o fizesse uma
18 apresentação breve. A conselheira Teresa destaca a importância do CMDM discutir a questão do Projeto
19 de Lei Escola sem Partido em tramitação na Câmara Municipal de Londrina, tendo sido aprovado
20 pelas/os conselheiras/os a inclusão do assunto na pauta da próxima reunião ordinária deste Conselho.
21 Partindo para o primeiro ponto de pauta que é a aprovação da ata do dia 08/08/2017, a mesma foi
22 aprovada por todas/os conselheiras/os presentes. Em seguida passou-se a palavra para o Diretor do
23 IPPUL, o senhor José Vicente Socorro, que iniciou sua fala lembrando que o Estatuto da Cidade
24 estabelece que os municípios devem revisar os seus Planos Diretores num prazo máximo de dez anos.
25 Neste caso, a revisão do plano diretor do município de Londrina deverá ocorrer até dezembro de 2018.
26 Por outro lado, surgiu uma nova lei federal que é o Estatuto das Metrôpoles que estabelece que os
27 Estados deverão elaborar os seus planos metropolitanos também até 2018, e os municípios que
28 compõem uma determinada região metropolitana teriam até três anos para adaptar os porque o Estatuto
29 da Cidade estabelece que se o município não aprovar o seu Plano Diretor em dez anos, o prefeito incorre
30 em improbidade administrativa. Se fossemos optar pela interpretação do Plano Metropolitano teríamos
31 três anos após a aprovação do Plano da Metrôpole, para adaptar o nosso Plano Diretor. Portanto, para
32 não correremos o risco de que o prefeito seja acionado por não cumprir a Lei do Estatuto da Cidade, a
33 opção da atual gestão foi de fazer a revisão do Plano Diretor dentro do prazo, ou seja, até dezembro de
34 2018, mesmo que depois tenhamos que fazer algumas adaptações para adequá-lo ao Plano da
35 Metrôpole. O senhor José Vicente lembrou ainda que os Planos Metropolitanos atingem apenas três
36 áreas: saneamento ambiental, mobilidade e desenvolvimento urbano, questões que já podemos, no
37 processo de elaboração do nosso Plano, irmos discutindo com as cidades conturbadas, como Cambé.
38 Continuando sua explanação, João Vicente informou que a prefeitura de Londrina não está contratando
39 nenhuma empresa para a revisão do Plano Diretor e que todo o processo será feito com os profissionais
40 da própria prefeitura. Para tanto, foi constituída uma equipe com técnicos/as do IPPUL e mais
41 servidores das diversas áreas, representantes das diversas secretarias e outros órgãos municipais, que
42 estão fornecendo informações das suas respectivas áreas. Lembrou, porém que a equipe do IPPUL é
43 uma equipe pequena, que acumula diversas outras atribuições. Portanto, a estratégia adotada foi de
44 instituir um grupo de cooperação técnica, formado por especialistas das universidades que irão colaborar
45 com a etapa de sistematização das informações e análise dos dados e, sobretudo, irão participar de um
46 processo de discussão sobre a cidade, aproveitando o conhecimento produzido por essas instituições,
47 para compreensão de determinados aspectos da realidade. O grupo de cooperação técnica é formado,
48 ainda, por representantes de outras agências governamentais como: Sanepar, Copel, IAP, órgãos do



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

Ata da 32ª reunião Ordinária

49 governo federal, conselhos profissionais, enfim, diversas entidades comporão esse grupo de cooperação
50 técnica. Mas existe ainda um componente fundamental uma vez que o estatuto da Cidade exige que o
51 Plano Diretor seja participativo. Neste aspecto, Sr. João Vicente chamou a atenção para uma questão
52 que precisa ser acertada: há em Londrina um conselho municipal responsável por este planejamento, que
53 é o Conselho Municipal da Cidade (CMC), instituído pela lei do Plano Diretor de 2008. Teoricamente,
54 se este conselho existe e está atuante, e, considerando que ele tem representação da sociedade civil, ele
55 poderia assegurar o caráter participativo. No entanto, há um projeto de iniciativa do executivo
56 tramitando na Câmara propondo algumas adaptações no CMC, ou talvez até sua substituição. Portanto,
57 uma proposta é a realização de uma audiência pública onde seriam escolhidos 80 membros da
58 comunidade para este acompanhamento. Serão, ainda, realizadas audiências públicas nas diversas para a
59 realização da leitura comunitária. Fora isso, os diversos conselhos municipais também podem se reunir
60 para discutir a cidade, podendo, eventualmente, convidar a equipe técnica para pedir esclarecimentos e
61 para que apresentem sugestões, críticas... para enriquecer esse trabalho de identificação dos problemas,
62 características, potencialidades e alternativas para o desenvolvimento da cidade. O diretor do IPPUL
63 lembrou que o prazo para que o Projeto do Plano Diretor seja enviado para a Câmara é outubro de 2018.
64 E encerrando, sua explanação esclareceu que este processo envolve a aprovação de uma lei geral do
65 Plano Diretor e um conjunto de leis complementares, como: lei dos perímetros urbanos, lei de uso e
66 ocupação do solo, lei do sistema viário, código ambiental. Todo este corpo de lei que compõem o
67 instrumental legal para a aplicação do Plano Diretor na organização da cidade. A conselheira Elza
68 observou que temos que garantir que o Plano Diretor seja respeitado, pois a Câmara de Vereadores
69 reforma todo dia o Plano Diretor, com projetos inconstitucionais, que vão de encontro ao que está
70 estabelecido nas legislações e os prefeitos sancionam. Com relação à participação, Elza comentou que
71 em geral as instituições representativas da comunidade são rejeitadas, pois acham que só quem entende
72 da cidade são os técnicos, das entidades como Sinduscon, de entidades que têm interesse específicos. A
73 contribuição da população que participa dos conselhos, das conferências, das audiências, suas propostas
74 devem ser efetivamente acatadas. Lembra, por exemplo, de projeto que permite construção em área de
75 preservação nas margens do lago Igapó, na Mata do Godoy e vários outros que foram propostas
76 rejeitadas no processo do Plano Diretor de 2009, e hoje estão sendo aprovados pela Câmara. A
77 conselheira Lindelma fala sobre a luta das mulheres por melhoria na cidade, inclusive que fez uma
78 denúncia no Conselho Estadual, pois não é porque não tem título de doutor que não conhece e não pode
79 ajudar a melhorar a situação da cidade. A conselheira Teresa fala que o estatuto da cidade é perfeito,
80 dando exemplo do vale dos tucanos. Destaca que a comunidade deveria fazer parte da comissão para
81 avaliar o Plano Diretor, assim como fazer parte também de assembleia para discutir o mesmo. Socorro
82 coloca que, o conselho pode se reunir e levantar demandas. Bethé fala sobre o prazo para entregar o
83 plano diretor que é até 2018 e que nesse período também tem o plano metropolitano que o do Estado, o
84 qual ninguém do município fez parte para sua construção. Socorro relata que o mesmo também deve ser
85 aprovado conforme o plano municipal. O senhor José relata que, o município não deve aceitar sem
86 discussão, tem que ter um acordo e um pacto entre as esferas, pois o Estado faz o plano e quem tem que
87 pagar as contas depois é o município. Segundo ele, o processo metropolitano está começando agora.
88 Tem muitas perguntas para poucas respostas. Com relação a recursos, será questões políticas. Elaine
89 destaca que, não ficou claro a participação do conselho. Senhor José relata que, o conselho deve levantar
90 as necessidades como mobilidade urbana, espaço de lazer, iluminação, segurança, dentro outras
91 necessidades e apresentar para construção do plano diretor. Socorro coloca que, é importante que o
92 conselho tome iniciativa em relação a isso. Nanci destaca como encaminhamento a criação de uma
93 comissão de trabalho. Elza destaca que talvez seria importante fazer uma reunião extraordinária. Ficou
94 decidido entre as conselheiras/os que, primeiramente todas/os deverão participar da audiência públicas
95 que será no mês de outubro, para depois formar uma comissão para discutir as propostas para as
96 mulheres. Nanci agradece a presença do Diretor do IPPUL e passamos para o terceiro ponto de pauta. A



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

Ata da 32ª reunião Ordinária

97 conselheira Amanda fala sobre a reunião que teve com a Darling da Secretaria de Planejamento. Informa
98 que, o que parece no PPA e a contratação e não a reposição de funcionários. Com relação ao fundo do
99 conselho, que está certo no PPA. Que a situação da contratação do Educador Social não entrou no PPA,
100 porque não tem orçamento, vai depender da aprovação da planta de valores. Com relação a capacitação,
101 vai ser para todas as conselheiras/os. Elza destaca que, tem que vincular esse dinheiro da planta de
102 valores com as políticas públicas. Alexander destaque que, a Câmara de Vereadores deve chamar para
103 uma audiência pública e devemos estar lá e falar sobre esta vinculação. Maria Ângela diz que no fundo
104 pode ser vinculado emendas mesmo que não esteja no PPA. Com relação ao quarto ponto de pauta
105 Elaine fez pequena apresentação do que o regimento estabelece sobre as comissões. Após essa
106 apresentação cada conselheira indicou a qual comissão quer integrar, ficando a distribuição da seguinte
107 forma: **Enfrentamento de todas as Formas de Violência contra as Mulheres:** integrantes: Juliana
108 Moreno, Maria da Conceição, Lucimar Rodrigues; **Saúde da Mulher, Direitos Sexuais e Direitos**
109 **Reprodutivos:** integrantes: Adriana Barreiro, Priscila, Luciana, Toninha, Marilda, Iraci, Rosalina, Zilda;
110 **Igualdade no Mundo do Trabalho e nos Espaços de Poder e Autonomia Econômica:** integrantes:
111 Lindelma, Beth, Alexander, Amanda Costa, Ivone, Maria Inês, Maria Angela Santini, Maria da
112 Conceição, Zilda; **Educação para a Diversidade: enfrentamento do racismo, do sexismo e da lesbofobia:**
113 integrantes: Elza Correia, Poliana Santos, Juliana Moreno, Amanda Gaion; Cultura e Lazer: integrantes:
114 Teresa Mendes, Poliana Santos, Maria da Conceição Adriana Barreiro; **Comissão de Legislação:**
115 integrantes: Lucimar Rodrigues, Maria Angela Santini, Maria Inês, Elaine Galvão, Nanci Kemmer;
116 **Comissão do Fundo Municipal de Políticas para as Mulheres:** integrantes: Elza Correia, Lucimar
117 Rodrigues, Rosalina Batista, Elaine Galvão, Nanci Kemmer. Encerradas as indicações a conselheira
118 Poliana questionou se há uma indicação de idade para integrar este Conselho e/ou suas comissões.
119 Sendo discutida a questão, ficou decidido que a partir dos 16 anos de idade. Teresa pergunta sobre a
120 questão da mulher idosa, nas comissões, Elaine sugeriu que o recorte geracional seja considerado em
121 todas as comissões, de forma que as especificidades das mulheres adolescentes, adultas e idosas possa
122 ser contemplado em todas as ações do CMDM. Devido ao avançar da hora o ponto de pauta sobre as
123 demandas da comunidade em relação à praça do Jardim Igapó não foi discutido, sendo remetido para a
124 pauta da próxima reunião. A conselheira Teresa solicitou que seja enviada às conselheiras/os
125 documentação do processo referente à referida praça, para que tomem ciência do assunto. Informes:
126 Toninha falou sobre a feira de saúde que acontecerá no dia 30/09 no Hospital da Zona Sul com início às
127 09 Horas; Maria Conceição falou do encontro Maria vai à Luta que será no dia 20/09 na Paróquia Nossa
128 Senhora Aparecida no Km 09 na região sul as 19h30min, terá palestra com Psicóloga e sorteios; Joana
129 falou sobre o feirão do MARL, na Avenida duque de Caxias no dia 07/10, de produtos orgânicos e
130 naturais; Poliana relatou sobre a conferência da Juventude que será no dia 29 e 30/09 as 19h00 e quem
131 tem entre 16 a 29 anos seria importante participar. A inscrição será no ginásio do moringão; Amanda
132 convida para palestra sobre a questão do aborto e seus impactos na vida das mulheres realizada pela
133 Rede Feminista de Saúde, que acontecerá na UEL na sala 102, no dia 28/09 e será aberto ao público,
134 quem quiser certificado será cobrado R\$ 10,00 (Dez Reais), começará às 19h00; Teresa falou sobre
135 evento que acontecerá no dia 22/09 no CCH as 14h00 sobre Direitos Humanos e ECA. Nada mais
136 havendo a tratar eu, Lucimar Rodrigues da Silva Alves, 1ª secretária, encerrei a reunião e lavrei a
137 presente ata.